



Ata da 9ª Reunião do Conselho Municipal de Política Cultural

Aos 14 dias de junho de 2016, às 17h, no Teatro Gregório de Mattos, equipamento administrado pela Fundação Gregório de Mattos (FGM), realizou-se a nona reunião do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC), cuja pauta continha os seguintes itens: 1) Informes: Liga do Samba Junino; Calendário da Eleição Suplementar; Lei Viva Cultura; Fórum Nacional dos Dirigentes de Cultura das Capitais e Regiões Metropolitanas; Plano Municipal de Cultura; 2) Regimento Interno do CMPC; 3) Reunião das Comissões Temáticas; 4) O que ocorrer. Estiveram presentes os/as Conselheiros/as Titulares Érico Pina Mendonça Jr. (SECULT), Eucimar Freitas de Oliveira (Liberdade/São Caetano–Centro/Brotas); Fernando Ferreira de Carvalho (FGM); Jadson Santos do Nascimento (Valéria – Cajazeiras), Joel Luís da Silva Barbosa (UFBA); Joelice Ramos Braga (SMED); José Augusto Saraiva Peixoto (SECIS); Kilson Santana de Melo (Música); Marisa Santiago de Jesus (SPM); Noelia Pires da Silva (Cidade-Baixa/Subúrbio-Ilhas); Paulo Hermida Gonzalez (Casa Civil); Rita Maria Ventura dos Santos (Patrimônio Material e Imaterial); Rodrigo Cavalcanti (SALTUR); Soiane Gomes Paula (Dança) e Danilo Moura (Culturas Identitárias e Inclusivas). Os/As Conselheiros/as Suplentes que compareceram foram Fabrício Cumming de Almeida (Cidade-Baixa/Subúrbio-Ilhas) e Dejiária Santiago de Jesus (SEMUR) e os servidores da FGM Gildete Nascimento Ferreira, Plutarco Drummond de Magalhães Neto, Eric Castro e Rebeca Caldas. O Presidente iniciou a reunião e Danilo Moura sugeriu a alteração da ordem dos informes, dando aos Conselheiros as falas iniciais, que normalmente são mais curtas, e depois aos representantes da Liga de Samba Junino, visto que todos os representantes ainda não haviam chegado, o que foi aceito pelo pleno. José Saraiva convidou os Conselheiros a participarem da 6ª Conferência Municipal da Cidade do Salvador, realizada nos dias 29 e 30 de junho. Dejiária Santiago apresentou ao pleno o novo representante da SEMUR, Valcyr Evangelista da Silva, cujo nome está em tramitação para publicação no Diário Oficial do Município. Plutarco Drummond, da Assessoria Estratégica de Gestão da FGM, apresentou o andamento do calendário da eleição suplementar do CMPC, que estava sendo cumprido rigorosamente, sendo que no dia 9 de junho foi publicada a lista das candidaturas para preenchimento das vagas, conforme previsto. Ele informou que no momento os candidatos estavam sendo apresentados no site www.eleicoescmpc.salvador.ba.gov.br, com seus respectivos currículos, e foram divulgados na *fan page* e *site* do CMPC, bem como por e-mail para conhecimento dos eleitores cadastrados, sendo que o período de votação estava previsto para o período entre 19 e 28 de junho. O Presidente lembrou que só poderiam participar do processo de votação os eleitores já cadastrados na eleição inicial e perguntou se era possível empossar os novos conselheiros já na próxima reunião. Gildete Ferreira, Assessora Estratégica de Gestão da FGM, respondeu que primeiro será publicado o ato de nomeação por decreto, que será seguido pela posse.

Danilo Moura percebeu que algumas vagas contavam com candidatura única, no entanto Plutarco Drummond informou que, para ser eleito, é necessário que o candidato receba pelo menos um voto. O Presidente passou a palavra para Reginaldo Nascimento, da Liga de Samba Juninos, e lembrou que já foi dada entrada na FGM do processo de instrução de registro do Samba Junino como Patrimônio Cultural de Salvador, e que as demandas que eles enviaram anteriormente já estão sendo analisadas pela Comissão de Cultura Popular e Identitária. Reginaldo Nascimento declarou que os artistas se sentem reconhecidos com o início do processo em direção ao registro da manifestação cultural, visto que ela formou muitos artistas da cidade, mas ela não é reconhecida e não está inserida no calendário das festas populares e juninas do Município. Apresentou os grupos representados na reunião: Samba Fama, do terreiro do Gantois; Bicho da Cana, de Canabrava; Leva Eu, do Engenho Velho de Brotas; entre outros. Solicitou apoio e visibilidade ao poder público para divulgar o Samba Junino e destacou a sua potencialidade em gerar “empregos laterais”, a exemplo dos vendedores de milho, bolo, cachorro quente e licor, característicos do período junino. Danilo Moura destacou que a comissão temática de Patrimônio Cultural e Arquitetura e o Conselho devem discutir o Patrimônio Imaterial como política. Ele acrescentou que a FGM tomou uma iniciativa acertada de iniciar o processo de reconhecimento do patrimônio imaterial, mas metodologicamente comete equívocos e exemplificou que na esfera estadual e nacional o reconhecimento do patrimônio imaterial não está vinculado apenas ao órgão do Executivo, e passa por um processo de estudo e avaliação no conselho de participação do respectivo órgão. Assim, na esfera estadual é consultada a Câmara Técnica de Patrimônio Cultural do Conselho Estadual de Cultura, e no governo federal o Conselho de Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Ele sugeriu que seja estabelecido um rito para que o Conselho seja protagonista nesse processo e pediu que o Presidente coloque na pauta da Coordenação Colegiada e quiçá seja disputada alguma minuta na próxima reunião. Gildete Ferreira pediu a palavra para dar esclarecimentos sobre a colocação de Danilo Moura. Ela informou que a Lei do Patrimônio contempla o Conselho Consultivo de Patrimônio e todo processo de reconhecimento de patrimônio material e imaterial passa por esse conselho. Ela explicou que o processo se inicia através da solicitação feita pela sociedade civil à FGM, que pode ser de registro ou de tombamento de um bem, depois a FGM constrói um dossiê, sendo que atualmente trabalha em parceria com técnicos da Escola de Arquitetura da UFBA, em seguida o apresenta ao conselho consultivo, que vai emitir parecer, sendo posteriormente encaminhado ao Prefeito para bater o martelo. Acrescentou que o Conselho Consultivo de Patrimônio conta com representantes do IPAC, do IPHAN e de órgãos municipais. O Presidente sugeriu que a comissão apresentasse a proposta de rito sobre as questões que dizem respeito a ela e o pleno então avalia. Fernando Guerreiro explanou sobre a Lei Viva Cultura e informou que entregou a minuta para a Câmara e agora está com os vereadores a responsabilidade de abrir as discussões, para a partir daí ela ser aprovada ou não. Uma vez sendo aprovada, caberá à Prefeitura através da Secretaria da Fazenda definir o valor da isenção fiscal e à



FGM começar a arrumar todo processo, que deve ser muito próximo ao dos editais. Acrescentou que será escolhida uma comissão dentro da sociedade civil que vai selecionar os projetos, sendo que só serão aceitos projetos com indicação de possíveis patrocinadores porque o Programa Viva Cultura trata de isenção fiscal e abrange IPTU e ISS. Assim, não faz sentido avaliar projetos que não tenham empresa em vista, pois eles não têm para onde ir, então a ideia é que o projeto venha acompanhado de alguma carta de empresa que tenha interesse em patrociná-lo. O Presidente da FGM informou que, assim que o projeto comece a correr na Câmara, vai passar a se reunir com os principais devedores de IPTU e ISS da cidade, para explicar aos empresários e gerentes de marketing o que é a Lei e a política cultural desenvolvida pela FGM, a fim de criar uma interface e sensibilizá-los a se tornarem possíveis patrocinadores. Fernando Guerreiro destacou também a importância da mobilização do CMPC, para que o processo corra rapidamente junto à Câmara e informou que vai intensificar o trabalho assim que for finalizado o processo do PDDU e da LOUOS, a fim de conseguir aprovar a Lei ainda este ano. Em seguida, o gestor passou a falar do Fórum Nacional dos Dirigentes de Cultura das Capitais e Regiões Metropolitanas e informou que foi realizada uma reunião em Brasília duas semanas antes, na qual os dirigentes apresentaram uma série de reivindicações ao novo Ministro. Fernando Guerreiro manifestou uma impressão positiva sobre o Ministro, que parece comprometido com o trabalho, e disse que depois poderá passar para o Conselho a lista de reivindicações que foi entregue a ele. Danilo perguntou se existe algum plano de alimentação do Fundo de Cultura por meio da Lei Viva Cultura e observou que ela dialoga pouco com a Lei Cultura Viva, do governo federal, bem como não apresenta a questão dos Pontos de Cultura. Fernando Guerreiro respondeu que o Ponto de Cultura pode ser apresentado como projeto para entrar em concorrência com os outros, sendo que depois devem ser discutidos os valores, e a grande preocupação é não deixar a decisão na mão dos gerentes de marketing, problema já enfrentado pela Lei Rouanet e do FazCultura. Por isso ele defendeu que seja criada uma comissão que esteja de acordo com a política cultural do Município, a fim de beneficiar projetos que estejam alinhados com ela e salientou a duração do Programa, que é de dez anos. O Presidente destacou que é necessário o CMPC acompanhar o processo de perto porque uma lei nos mesmos moldes do FazCultura e da Lei Rouanet não é o ideal, pois deixa mais uma vez na mão dos empresários a decisão de onde vai ser investido o dinheiro que eles pagariam como imposto. Fernando Guerreiro respondeu que não tem como forçar um gerente de marketing a investir em um projeto que ele não quer, e que somente poderá tentar seduzi-lo. O Presidente exemplificou a lei Procultura, que tem o entendimento de que imposto deduzido é dinheiro público e não lucro da empresa e assinalou que, como o tema estava sendo apresentado no período dos informes, o pleno deveria ler o Projeto de Lei e discutir em outra reunião como ponto de pauta. Fernando Guerreiro chamou atenção para a necessidade de se construir um diálogo com os empresários para trazê-los para dentro do programa e que se o processo já for iniciado “assombrando” os empresários, eles não farão investimento algum. O gestor da FGM reiterou que, depois de a



Lei ser aprovada, será formada uma comissão, que poderá discutir os projetos junto ao Conselho, baseada na linha da política cultural do Município. O Presidente reforçou que o CMPC deve discutir o Projeto de Lei e a gestão dos recursos disponibilizados para os projetos. Danilo Moura sugeriu que o Conselho proponha um diálogo com o Poder Legislativo no sentido de trazer algumas novidades para a Lei, a exemplo da destinação de parte do imposto deduzido para o Fundo de Cultura, o que deve ser feito em outro momento. O Presidente então sugeriu que o Projeto de Lei seja lido pelos Conselheiros e discutido como ponto de pauta da próxima reunião. Fernando Guerreiro finalizou informando que a quantidade de empresas interessadas é enorme e é necessário agilizar o processo. Gildete Ferreira lembrou que na Lei 8551/2014, que regulamenta o Sistema Municipal de Cultura, no capítulo que trata do Fundo Municipal de Cultura, estão estabelecidas quais serão as receitas do fundo, sendo uma das fontes o saldo que não for utilizado no Programa Viva Cultura. Em seguida, explicou que o Programa Viva Cultura vai contar com o recurso máximo de sessenta milhões de reais, com validade de dez anos. Depois, a Assessora da FGM falou que, após amplas discussões sobre como construir o Plano Municipal de Cultura, definiu-se que, como a etapa de construção do Diagnóstico já está avançada, com o Termo de Referência já concluído, seria feita uma licitação, sendo que já foram solicitados os três orçamentos e, depois que forem recebidos, a licitação será aberta ao mercado. O segundo momento, que é a elaboração do plano junto à sociedade civil, e que pode ser iniciado ao tempo em que é feito o Diagnóstico, será construído juntamente com a Escola de Administração da UFBA, visto que a instituição já tem *know-how*, pois já trabalhou com planos de cultura de diversos capitais do Brasil e do Ministério da Cultura. Ela acrescentou que o Termo de Referência da Licitação está à disposição da comissão temporária responsável por acompanhar o Plano Municipal de Cultura. O Presidente informou a necessidade de inserir no momento “O que Ocorrer” a substituição da secretária do CMPC, Joelice Braga, que foi nomeada Secretária Municipal de Educação e a necessidade da assinatura das atas anteriores pelos Conselheiros para publicá-las no site. Em seguida, Gildete Ferreira falou sobre o Regimento Interno, cuja minuta foi encaminhada pelo Gabinete da Prefeitura à Secretaria Municipal de Gestão (SEMGE), para a realização da análise técnica do documento, sob a responsabilidade da técnica Audecy. A técnica avaliou e identificou muitas questões que precisavam ser revistas e reformuladas, a exemplo de pontos conflitantes com a Lei 8551/14, outras que precisavam ser reformuladas, e a necessidade de reorganizar algumas informações. Gildete Ferreira destacou então que a comissão temporária deve analisar o documento com as contribuições de Audecy e apontar as mudanças a serem feitas, que devem ser novamente enviadas à SEMGE para que sejam feitas as correções e esclarecimento de dúvidas, em seguida o documento voltará ao pleno para aprovação, sendo que depois vai para o Executivo para publicação por decreto. O Presidente deu encaminhamento de que o documento com as contribuições de Audecy devem ser disponibilizadas aos Conselheiros, que devem lê-lo e indicar para a comissão temporária as sugestões de alterações. A comissão deverá então juntar as contribuições e se



reunir novamente com Gildete e Audecy para fechar o processo de finalização do texto. Em seguida, as atas das reuniões anteriores foram assinadas pelos Conselheiros presentes. O Presidente deu prosseguimento à reunião estabelecendo um prazo de 30 minutos para que as comissões definissem os/as seus/suas coordenadores/as e secretários/as, atualizassem as demandas que estão destinadas a cada comissão e deixou o espaço aberto para que as comissões sugerissem temas e pautas a serem discutidos no pleno. Após as discussões das comissões, o Presidente chamou a comissão temporária do Plano Municipal de Cultura, representada por Danilo Moura, que informou que ficou definido que ele seria o secretário e Paulo Hermida o coordenador. Eles decidiram marcar uma reunião com a FGM para discutir o cronograma do Plano Municipal de Cultura e do Mapeamento Cultural de Salvador, e a partir daí construir o cronograma de atividades da comissão. Paulo Hermida pediu o apoio da FGM, visto que o funcionamento da comissão depende da disponibilização de documentos e de informações sobre o funcionamento do serviço público, visto que alguns membros não têm esse conhecimento. Em seguida, Valcyr Evangelista representou a comissão permanente de Formação Cultural, sendo que ele foi instituído coordenador e o Presidente do Conselho o secretário. Ele informou que foram discutidas duas proposições, sendo a primeira a produção de um seminário para discutir a proposta do Plano Municipal de Cultura e a segunda tirar o Conselho dos espaços da FGM, por meio da realização do projeto “Chá de Cultura”, em que o CMPC discutirá com bairros dos dez territórios culturais a cultura do Município de Salvador, visto que cada bairro tem uma identidade definida, a exemplo das comunidades quilombolas e indígenas e do povo de axé, sendo que a formatação do evento ainda será definida e apresentada ao pleno para sugestões. Ele aproveitou o espaço para declarar a sua satisfação em participar do Conselho. O Presidente, por meio de observação de Paulo Hermida, lembrou que o nome de Valcyr Evangelista ainda deve ser publicado no Diário Oficial do Município, o que vai formalizar a sua participação do Conselho e na comissão. Paulo Hermida justificou a sua intervenção por conta dos riscos da informalidade no funcionamento do Conselho. Depois, Fernando Guerreiro falou em nome da comissão de Economia da Cultura e informou que Rodrigo Cavalcanti tem um vasto material com *cases* de cidades que tiveram desenvolvimento muito grande na área de Economia Criativa. Assim, ele vai disponibilizar o material para a comissão, que vai estudar os casos de sucesso e depois partir para possíveis aplicações em Salvador. Não foram definidos coordenador/a e secretário/a, visto que só estavam presentes os dois membros citados anteriormente. Dando prosseguimento, José Saraiva falou em nome da comissão de Patrimônio Cultural e Arquitetura, sendo ele instituído coordenador e Rita Santos a secretária. Ele informou que a comissão recebeu duas demandas - as que solicitam o registro do Samba Junino e o tombamento da Pedra de Xangô -, sendo que eles irão dar o parecer. Além disso, destacou que o ofício das baianas é registrado em âmbito federal, e que Salvador tem cerca de quatro mil baianas, sendo que apenas trezentas exercem o ofício com os trajes corretos. Sugeriu então que o pleno aprovasse uma recomendação a ser enviada à Secretária Municipal de Ordem Pública (SEMOP) Rosemma



Maluf, para dar regramento às baianas, visto que Salvador é uma cidade turística e fica inadequado as baianas servirem de qualquer jeito. O Presidente recomendou inserir essa demanda na lista de atividades da Comissão de Cultura Popular e Identitária. Kilson Melo representou a comissão de Cultura Popular e Identitária e informou que a coordenadora é Noélia Pires e o secretário Danilo Moura. Ele ressaltou que o grupo planeja fazer reuniões quinzenais e que, em relação à solicitação de homenagem ao Mestre João Pequeno, eles vão se reunir com a comunidade. Além disso, a comissão irá buscar outras demandas nos bairros e periferias, com o objetivo de fortalecer o Conselho. Em seguida, Soiane Gomes informou que a Comissão de Artes será coordenada por Jadson Nascimento e secretariada por ela. Ela acrescentou que o grupo já havia feito a primeira reunião, em que analisou as solicitações da Federação Baiana de Quadrilhas, dentre elas a necessidade de espaços físicos para ensaiar, visto que algumas quadrilhas ensaiam em quadras de escolas estaduais, mas o acesso é limitado por conta da redução de custos feita pelo Governo do Estado. A ideia da comissão é fazer um levantamento das escolas municipais que têm espaços disponíveis, e Soiane Gomes solicitou à Secretária Municipal da Educação, Joelice Braga, a apoiar a iniciativa. Entre as outras solicitações apresentadas, destacam-se a formação dos participantes dos grupos, a criação de um edital específico e a definição de um local para o concurso estadual de quadrilhas, de onde saem os representantes da Bahia para os concursos em âmbitos regional e nacional. Fernando Guerreiro sugeriu o Parque da Cidade, e a Conselheira vai informar os participantes da federação. Marisa Santiago falou sobre a comissão de Livro e Literatura e informou que ainda não conseguiu se reunir com os outros componentes. O Presidente solicitou a todos os secretários das comissões que enviassem por e-mail as definições das reuniões, para que as informações fossem registradas e arquivadas para posteriores consultas. Após as reuniões das comissões, passou-se para “O que Ocorrer”, em que o Presidente trouxe para a discussão do pleno a substituição da Secretária-geral Joelice Braga, e lembrou que a definição é prerrogativa do Presidente da FGM, Fernando Guerreiro. Guerreiro informou que o trabalho da secretaria necessita de muita organização e dedicação e sugeriu o nome de Paulo Hermida. Joel Barbosa destacou que há um desequilíbrio na composição da Coordenação Colegiada, sendo três representantes do poder público e apenas o Presidente do Conselho oriundo da sociedade civil, e perguntou se não há possibilidade de escolher um secretário também da sociedade civil para que haja uma paridade. Kilson Melo chamou atenção para a necessidade de se inserir uma mulher e parabenizou o trabalho de Joelice Braga. Esta agradeceu a confiança por ter sido escolhida para ser Secretária-geral do CMPC e destacou o trabalho de apoio da técnica da FGM, Rebeca Caldas, que pode representar o gênero feminino. Em seguida defendeu o nome de Paulo Hermida pela contribuição que ele pode dar ao Conselho, no que diz respeito à forma como ele pensa e o trato legal que dá aos processos, e se colocou à disposição do Conselho. Paulo Hermida sugeriu Adriana Campelo para resolver o problema do gênero. Fernando Guerreiro destacou a pontualidade e comprometimento de Paulo Hermida e destacou que ele tem um perfil técnico para o cargo, sendo que Adriana Campelo não mostra



ter a mesma disponibilidade que ele. José Saraiva parabenizou Joelice Braga, professora e servidora do Município, que agora está à frente da pasta de Educação, conhecendo os desafios da categoria e representando bem os profissionais de Educação. O Presidente perguntou se Paulo Hermida aceita a função. Paulo Hermida respondeu que está no CMPC para contribuir e que aceita a função. Terminadas as discussões, os Conselheiros definiram a data da próxima reunião do CMPC, que será realizada no dia 19 de julho, no Teatro Gregório de Mattos. Rodrigo Cavalcanti pediu a fala para informar que iria solicitar Assessoria Geral de Comunicação da Prefeitura (AGECOM) para encaminhar ao Conselho as regras de exposição da marca da Prefeitura no período eleitoral. Ele informou que a partir do dia primeiro de julho a marca da gestão não poderia ser exposta, e deveria ser substituída pelo brasão do Município, inclusive nos documentos do CMPC. Sem mais da pauta a ser discutida na reunião, lavrou-se a presente Ata, que será assinada por mim e pelos demais membros presentes do Conselho Municipal de Política Cultural de Salvador, Biênio 2015/2016.

Salvador, 19 de julho de 2016.